



HÁ QUE TER UMA VOZ! A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS NOSSAS COMUNIDADES

Cheguei à conclusão que a política é um assunto demasiado sério para ficar nas mãos dos políticos

Charles de Gaulle (1890-1970)

A epígrafe é paradigmática da importância, cada vez mais relevante, do mundo da política nas vidas dos cidadãos. Num processo democrático, seja ele em Portugal, nos Estados Unidos, no Canadá ou em qualquer outro país soberano onde o povo tem, teoricamente, uma voz, a participação activa do cidadão comum é imperiosa. Com o jogo político em países como os Estados Unidos da América extremamente marcado pelas influências do grande capital, que quotidianamente compra políticos, quer com ofertas extremamente generosas – e aqui estou recordado do auto-colante que há dias comprei em Berkeley, que dizia: *investe na América, compra um político*. Quer na aquisição de votos, através das constantes campanhas de propaganda, à qual damos o eufemismo de “publicidade política”, torna-se imperatório, num sistema destes (o sistema para o qual caminham todas as democracias) não só o voto consciente e elucidado dos cidadãos, mas também a sua participação no processo eleitoral, especialmente nas campanhas dos candidatos e em referendos que afectam directamente as nossas comunidades. Embora seja cliché, porque tem sido utilizado ao ponto de exaustão, a realidade é que não podemos deixar os destinos das nossas comunidades em mãos alheias. Com a nossa inevitável assimilação nas sociedades onde vivemos, há que penetrar, activamente, na vida política desses mesmos países.

Se todo o homem não passa dum bicho político como afirmou Aristóteles, os emigrantes açorianos e seus descendentes no continente norte-americano terão de, pouco a pouco, enfrentar a realidade das sociedades onde escolheram viver e começar a participar nos destinos dessas nações. A apatia dos últimos 40 para 50 anos terá de ser rompida e necessitamos formar ligações que unam os açor-americanos em campanha que nos leve a ter outra voz nesses mosaicos humanos onde refazemos as nossas vidas. E creio que o nosso movimento associativo tem uma palavra muito importante nesse capítulo. Mais uma vez o nosso associativismo poderá ser a tal força catalisadora que congregue os emigrantes e seus descendentes à volta de uma causa, que os faça despertar para os efeitos positivos de sermos politicamente infatigáveis.



Existe uma amálgama de configurações que podem levar as nossas associações a ter uma outra palavra nas decisões que afectam a zona, o estado e o país onde vivem. É que as associações, normalmente, representam centenas de votantes, mas raramente utilizam esse privilégio para se movimentarem no campo político. Porque se é certo que temos uma grande percentagem de emigrantes que saiu dos Açores sem qualquer cultura política, não é menos correcto que, depois das campanhas discriminatórias de vários países de acolhimento, o caso concreto dos Estados Unidos, muitos emigrantes têm optado pela aquisição da cidadania americana, tornando-nos numa fonte de poder

é urgente que se tenha uma grande dose de pragmatismo e que se faça um trabalho de fundo junto do nosso movimento associativo para que haja uma maior participação das nossas comunidades no processo político dos países de acolhimento

(relativo, claro, mas de poder) porque possuidores da cidadania americana, sem perderem a portuguesa, claro – detemos, utilizando um termo bélico, a chamada “arma do voto”.

Seguem-se, portanto, algumas meras sugestões para que as nossas associações culturais e sociais possam, dentro do sistema dos países de acolhimento, trabalhar em prol de uma cidadania participativa.

1º. Para que as nossas comunidades atinjam outro patamar nas vivências da sociedade americana, há que instituir programas de cidadania. Isto é: as associações terão de providenciar as suas estruturas físicas e humanas e, simultaneamente, informar o meio onde vivem que esse processo está a desenrolar-se. São inúmeras as vezes que nós fazemos actividades interessantes no meio comunitário, e as mesmas ficam totalmente despercebidas pelo mundo que nos rodeia. Um político, qualquer político, minimamente atento nos Estados Unidos, ficará extremamente interessado numa associação que desenvolve programas de cidadania.

2º Após o passo abecedário da cidadania há que recensear as nossas comunidades. Aqui o papel do nosso associativismo é fundamental. Primeiro são os próprios membros que podem e devem ser encorajados a recensearem-se. E há muitas formas de o fazer. Desde um simples cartão de recenseamento enviado junto com as cotas, até uma mesa de recenseamento nas actividades sociais das nossas associações. A promoção de semanas de recenseamento com panfletos enviados às entidades políticas das zonas onde as associações estão inseridas, para que saibam que há um novo interesse na promoção de uma cidadania participativa.

3º Promover sessões de esclarecimento, especialmente perto das eleições. Todos os candidatos, para todos os cargos, e mais concretamente para os cargos locais, estão disponíveis para participarem em sessões de elucidação. A organização que convidar os candidatos a tais fóruns será, indubitavelmente, a que receberá maior atenção dos políticos. Isso já acontece com alguns projectos-piloto. E se a língua foi barreira em tempos de outrora, não é o caso. Praticamente todas as associações possuem gente que domina o inglês. Mais, estas sessões de esclarecimento, se forem abertas a todas as etnicidades, através de “notas da imprensa” para a comunicação social em língua inglesa terá outro impacto. Fará algum mal às nossas associações serem inovadoras e abrirem-se a todos os grupos que coabitam o multiculturalismo americano?

4º Encorajar os jovens a participarem no processo político. Criando espaços de debate e reflexão, mesmo para os menores de 18 anos, tentando inculcar-lhes o desejo, e até mesmo a necessidade, de serem cidadãos participativos e incentivando-os para se envolverem directamente nas campanhas políticas. É que todos os candidatos precisam de voluntários que lhes coloquem cartazes, distribuam panfletos, façam telefonemas, etc.

5º Promover sessões de esclarecimento sobre as plataformas eleitorais dos próprios candidatos e partidos, assim como instruir os votantes acerca das múltiplas leis em referendo e as suas consequências nas vidas dos cidadãos.

6º Incentivar os membros a votarem nos dias dos actos eleitorais com cartões ou telefonemas, pedindo-lhes que sejam activos e que exerçam os seus deveres cívicos, como faz o Portuguese-American Voter Project, dirigido por Jim McGlinchy com o apoio da FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. .

7º Encorajar elementos das nossas associações a concorrerem a cargos políticos, especialmente a nível local. Há uma grande necessidade de termos outra representatividade, particularmente nas comissões locais e regionais, nos

distritos escolares, nas Câmaras Municipais, e nas Assembleias Estatais.

Em jeito de conclusão, dir-se-á que é urgente que se tenha uma grande dose de pragmatismo e que se faça um trabalho de fundo junto do nosso movimento associativo para que haja uma maior participação das nossas comunidades no processo político dos países de acolhimento, e neste caso específico, nos Estados Unidos da América. Esse esforço terá que ser multilateral, e terá que ter a compreensão e o investimento dos Açores, porque é de todo o interesse dos Açores que as nossas associações tenham, finalmente esse peso político, essa presença no “mainstream” americano. É que, com um plano ambicioso, detalhado, compreendido e aceite pelo nosso movimento associativo, teremos ainda muitos frutos a recolher. É que para muitas das nossas associações, tal como disse Albert Einstein: *a política é mais difícil do que a física.*

DINIZ BORGES

Conselheiro das Comunidades Portuguesas

